CASOS PRÁTICOS

TEMA: NEGÓCIO JURÍDICO

SUBTEMA: REQUISITOS DO NEGÓCIO | FRAUDE À LEI

Caso prático n.º 11

Os seguintes actos/negócios jurídicos são válidos?

1. A e B celebram um contrato nos termos do qual A se obriga a pagar 1.000 EUR e B obriga-se a tocar na Lua e no Sol.
2. A e B celebram um contrato nos termos do qual A se obriga a pagar 1.000 EUR e B obriga-se a tocar na Lua com os pés assentes no solo da Terra.
3. A contrata B, médico, para lhe fazer uma cirurgia, agendada para a semana seguinte. A morre antes da cirurgia.
4. A contrata B, modista, para esta fazer o seu vestido de noiva. No dia do casamento, B não terminou ainda o vestido de noiva de A.
5. A e B celebram um contrato-promessa de compra e venda para aquisição de um terreno, no qual será construída uma discoteca. Depois do contrato-promessa, mas antes do contrato prometido, a Câmara Municipal decide não licenciar a construção da discoteca, atendendo ao facto de aquela zona se tratar de uma zona protegida de nidificação de flamingos.
6. A decide vender a B o Mosteiro dos Jerónimos.
7. A decide contratar a bruxa B, por 1.000 EUR, para esta fazer um feitiço que separe o seu marido da respectiva amante.
8. A deve 100 EUR a cada um dos seus 100 credores. Tendo apenas 100 EUR na sua conta bancária, decide pagar 100 EUR ao credor B.
9. A vende a B um automóvel, sob a condição suspensiva de cair um meteorito.
10. A torna-se fiador do seu irmão, B, perante o Banco X, sem nunca ter tido conhecimento do contrato de mútuo celebrado entre B e o Banco X.

11. A celebra um contrato de mútuo com o Banco X, ficando acordado que o Banco poderia, a qualquer momento, alterar a taxa de juros remuneratórios, bem como o *spread*.
12. A celebra um contrato de mútuo com o Banco X, ficando acordado que o Banco poderia alterar a taxa de juros remuneratórios, desde que verificados os requisitos objectivos constantes do contrato de mútuo.
13. A celebra um contrato de mútuo com o Banco X, ficando acordado que o Banco poderia alterar a taxa de juros remuneratórios, quando decidisse que não gostava da cor do cabelo de A.
14. A celebra um contrato de mútuo à habitação com o Banco . A guarda o cadáver do seu irmão em sua casa.
15. A adquire a B uma caçadeira numa loja de caça localizada nas proximidades de um parque cinegético alentejano.
16. A adquire a B um bloco de esfervite e um quilograma de batatas, referindo a B que pretende envenenar a sogra com “*um belo prato de batatas*”. A utiliza ainda o bloco de esfervite para fazer um engenho explosivo que rebentará em casa da sogra.
17. A, que tem três filhos, pretendendo vender o seu carro ao filho Y, decide vendê-lo à mulher deste, Z, sua nora.
18. A adquire dinamite a B (cuja aquisição é proibida sem uma licença especial) para partir pedra de uma pedreira da qual é proprietário.
19. A decide arrendar o seu imóvel a B, conhecida prostituta de luxo.
20. A, jornalista, paga 2.000 EUR a B, advogado, para este levantar o sigilo profissional em relação ao processo de um cliente seu.
21. A, reformado, exige aos seus irmãos, B e C, emigrados em França, 10.000 EUR por mês para cuidar do seu pai, que tem 95 anos e precisa de ajuda na alimentação e higiene diárias.

TEMA: NEGÓCIO JURÍDICO

SUBTEMA: INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DO NEGÓCIO JURÍDICO

Identifique o significado juridicamente relevante das seguintes declarações negociais:

1. A e B, irmãos, celebram um contrato de compra e venda de um «popó», palavra a que ambos, durante a sua infância, atribuíram o significado de «aspirador». B exige, agora, com base no contrato celebrado, a entrega do carro de A.
2. A, coimbrão, e B, lisboeta, celebram um contrato de compra e venda de umas «sapatilhas» por €20. Quando B recebe, por via postal, as sapatilhas, fica espantado, ao ver que, na verdade, as mesmas correspondem a uns ténis robustos e não ao calçado de que necessitava para a sua prova de trampolim. A família materna de B é de Coimbra e desde pequeno que este conhece o significado aí atribuído a «sapatilha».
3. À entrada do *Complexo de Piscinas do Fundão*, A é informado pela recepcionista que deve pagar €2/dia pela utilização das piscinas. A, revoltado com esta interpelação (até à data, a utilização era gratuita), decide não pagar, saltar o torniquete e exclama: “Que fique bem claro que não estou a celebrar nenhum contrato convosco!”.
4. A e B celebram um contrato de permuta de um carro de luxo pelo barco *Princesa do Sado*. B, depois de entregar o seu carro de luxo a A, recusa receber de A o barco a remo destes, sustentando que o acordo tem por objecto o iate *Princesa do Sado II*, de valor similar ao do carro de luxo.
5. A doa a B o seu palacete, desde que B cuide de A “durante toda a sua velhice, até aos 80 anos”. B entende que não tem de cuidar de A para além dos 80 anos desta. Por essa razão, exige que A, posteriormente à doação, emita uma declaração interpretativa da mesma, da qual resulte que o modo em causa apenas o obriga até aos 80 anos de A.
6. A fez um testamento a B da sua casa no Alentejo, devidamente identificada com os dados do registo predial. A, antes de morrer, referiu ainda verbalmente a B que esta «casa no Alentejo» abrangia também todos os terrenos adjacentes a esta.
7. A vendeu a B a sua casa no Alentejo, devidamente identificada com os dados do registo predial. B pretende agora ser proprietário não só desta «casa no Alentejo», como de todas as

oliveiras que rodeiam a casa, uma vez que era o que tinha ficado acordado com A, verbalmente, antes da outorga da escritura.

7. A vendeu a B o seu automóvel, nada tendo ficado convencionado entre as partes quanto:

- (i) ao tribunal competente, caso exista algum litígio;
- (ii) local de entrega do carro (mas tendo ficado combinado que o preço seria pago no domicílio de B);
- (iii) preço do automóvel; *ou*
- (iv) data da entrega do automóvel, embora resultasse do contrato que o mesmo deveria ser utilizado no casamento de B.

8. A cedeu, por 5 anos, a B a exploração do seu restaurante, sito no IC2, frequentado sobretudo por camionistas à hora de almoço. O troço do IC2 onde se situa o restaurante foi encerrado, e construído um troço alternativo a 1km de distância. B perdeu cerca de 60% da sua clientela, exigindo, por isso, a redução da renda paga a A.